

hipóteses de século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 9 • 2009

A hipótese de uma televisão revolucionária

Madalena Soares dos Reis

Madalena Soares dos Reis, mestre em História de Portugal do Século XX pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), investigadora do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL. E-mail: madalena.soaresdosreis@gmail.com

Durante a Revolução Portuguesa de 1974-1975, colocou-se uma hipótese para o meio televisivo: e se uma programação televisiva for revolucionária?

Através da análise da programação que surge após Abril de 1974, pretendemos compreender que espaço e que função é que ocupa uma televisão num processo revolucionário e em que termos é que se testa a hipótese de uma programação, também ela, revolucionária. O propósito deste artigo é analisar de que forma a RTP *deu a ver* a Revolução Portuguesa e perceber como pode uma televisão *ser* revolucionária¹.

A televisão transmite, através do mesmo dispositivo, discursos comunicativos diversos, articulando vários géneros através da sua grelha de programas. Nessa articulação, que tem em conta vários factores, há sempre uma intenção que faz da programação uma narrativa televisiva contínua. Entendemos então que a programação não é um catálogo, que apresenta uma justaposição de programas, mas antes um *fluxo contínuo de televisão*²: O presente televisivo faz depender o visível (imagens e sons que são disponibilizados) de um determinado horário (representado na figura do mapa tipo), construindo-se assim um tempo e um quotidiano televisivo. A programação é o discurso televisivo.

Em Portugal, em meados da década de 70, uma única televisão, com apenas dois canais (sendo que a programação exclusiva do 2.º Programa não era relevante) detinha o monopólio do serviço de radiotelevisão, e havia apenas um único discurso televisivo disponível.

As alterações na RTP provocadas pelo 25 de Abril de 1974 tornaram urgente um novo mapa tipo que satisfizesse as exigências de uma nova televisão que tinha surgido com o golpe militar. Posteriormente, durante o período revolucionário, as alterações na grelha de programas são também resultantes das tensões político-sociais às quais a RTP era permeável e nas quais estava envolvida. O 25 de Abril proporcionou, não só com o fim da censura, como também através da nova concepção do que devia ser a televisão, um novo quotidiano televisivo.

Mas para entender a ruptura que o 25 de Abril significou na RTP, teremos que ter uma noção do que era a TV antes de 1974.

A televisão em Portugal no início da década de 70

O processo de desenvolvimento da radiotelevisão em Portugal é condicionado pelo elevado peso do governo, que se sente desde a sua constituição, o que faz com que a RTP se apresente, desde o seu nascimento, como estando ao serviço do poder. Esta subserviência governamental tem também consequências na programação emitida.

Marcelo Caetano foi o grande impulsionador do meio televisivo em Portugal e, quando chegou ao governo em 1968, reconhecendo a importância da televisão como sector chave do aparelho de propaganda do regime, nomeia um homem da sua confiança, Ramiro Valadão, presidente do Conselho de Administração da RTP. Em plena primavera marcelista,

¹ Para tal, baseamo-nos na nossa dissertação de mestrado, *A programação televisiva revolucionária: RTP 1974-1975*, defendida em 2008 no Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL, cujo objecto de estudo é, precisamente, a programação televisiva durante o período revolucionário, no 1.º Programa da RTP. De fora da nossa análise fica a informação televisiva já que os *Telejornais* do período revolucionário, por si só, teriam direito a ser objecto de uma investigação minuciosa.

² Raymond Williams desenvolveu este conceito na obra *Television: technology and cultural form*, 2003.

Valadão surge para dar um novo fôlego à programação televisiva, mas com propósitos de propaganda política bem claros³. Numa conjuntura difícil, com a agudização do conflito em África e a crescente contestação interna, o controlo efectivo da televisão era essencial para o governo de Caetano.

Durante o marcelismo, e em especial durante a famosa primavera da abertura, a RTP sofreu uma operação de cosmética, com a reestruturação de alguns sectores, e também com a introdução de novidades na programação. Contudo, e mesmo tendo em conta a criação de alguns novos programas, não se pode dizer que houve uma ruptura com o que era a televisão no tempo de Salazar, já que a RTP continuou a funcionar como aparelho de propaganda do governo. Na prática, apesar da abertura apregoada, o campo mediático televisivo continuava vedado a outras posições, culturais ou políticas, que não fossem concordantes com o regime. E, se por um lado, houve algum arejamento ao nível da programação, por outro lado, ao nível da informação houve um requintar da propaganda. Sistematizou-se uma estratégia editorialista, tentando criar, através dos *comentadores* do *Telejornal*, uma opinião favorável ao regime.

Apesar de algumas novidades, a programação da RTP, no início da década de 70, continuava cinzenta. No mapa semanal de emissão de TV, predominavam as séries americanas, comparativamente com os programas de produção interna. Segundo um estudo de audiência realizado em 1969⁴, eram estrangeiros os programas de maior audiência (em primeiro lugar estava a série *O Fugitivo*, seguida por outra série de grande sucesso: *O Santo*). Variedades, séries, teatro, entretenimento – dominavam os serões televisivos no início dos anos 70 em Portugal. O espaço de propaganda privilegiado era, por isso, o ocupado pelos programas informativos. O *Telejornal* estava, porém, afastado da realidade portuguesa e não era, em rigor, um espaço informativo. Já os programas de produção interna não estavam no topo das preferências dos telespectadores. O espantilho da censura e dos próprios limites impostos à criação, o não acompanhamento do desenvolvimento da sociedade portuguesa e a concorrência de produtos melhores vindos do estrangeiro, faziam com que estes programas não se apresentassem como apetecíveis para os telespectadores portugueses. É que estes espectadores pertenciam a uma sociedade com novas aspirações e novas exigências (temos como prova o êxito de programas inovadores e arrojados como o *Zip Zip*).

Uma estação de televisão que funcionava como aparelho de propaganda do governo e que sobrevivia sob o olhar atento dos censores não conseguia responder aos requisitos de uma audiência mais exigente. Salvarde-se, porém, o esforço de alguns intelectuais e outros produtores e realizadores para fazerem bons produtos televisivos, tendo em vista a promoção cultural dos telespectadores. Programas como *Imagens da Poesia Europeia*, *Se bem me lembro*, *História da Música*, *Museu Aberto*, *Ensaio*, *TV Jazz*, *Zip Zip*, *Panorama do Teatro Português*, trouxeram para a televisão grandes nomes da cultura portuguesa. David Mourão Ferreira, Vitorino Nemésio, Manuel Jorge Velos, Luís Francisco Rebelo, Jorge

³ Valadão, num depoimento ao programa *Retratos de uma Televisão Pública-RTP*, prestado à jornalista Manuela Martins para a série «Enviado Especial» (RTP-1, 6.10.1996), diz que «tudo quanto foi programação de Televisão durante cinco ou seis anos que estive na RTP é da minha responsabilidade. Com objectivos políticos». Cit. por TEVES (2007).

⁴ Estudo promovido pelo Serviço de Estatística da RTP e realizado pela Sociedade de Estudos e Realizações Técnico Económicas – Arquivo histórico da RTP.

Listopad e Alexandre O'Neill, entre outros, foram figuras não alinhadas com o regime que marcavam a sua presença no quotidiano televisivo, proporcionando, de um modo subtil e através da divulgação da arte e da cultura, alguma abertura e inovação na programação.

Mas, apesar deste esforço de alguns intelectuais, prenúncio de que algo de novo estava já a acontecer, a programação televisiva no início dos anos 70 (concretamente os programas produzidos pela RTP) não correspondia aos interesses de um novo público televisivo, mais exigente quanto à qualidade dos programas e também quanto à verdade da informação. A sociedade civil não se via representada nem era objecto de programas na RTP. A imagem televisiva estava em descompasso em relação à sociedade portuguesa.

Marcelo Caetano e o presidente da RTP, Ramiro Valadão, tinham um projecto de televisão onde esta seria um importante instrumento para a propaganda do governo. Mas a requintada estratégia de comunicação e propaganda política do governo de Marcelo – tanto com as suas célebres *Conversas em família* quanto com a gestão programática de Valadão no que diz respeito ao controlo da informação emitida – não estava a surtir os efeitos desejados de popularização do chefe de Estado.

No início dos anos 70, e segundo a informação veiculada pelos Anuários da RTP, a televisão portuguesa chegava a 90% do território nacional continental e tinha uma média de 3 milhões de espectadores por dia (número que chegava, segundo os Anuários, aos 6 milhões na transmissão de grandes acontecimentos como era o caso do Festival da Canção). A RTP ocupava um espaço central no sistema de comunicação social do país mas nunca parecia esquecer a sua função de aparelho de propaganda por excelência do governo.

A libertação da RTP

Encontramos na Radiotelevisão Portuguesa, nos tempos que se seguiram ao golpe militar do 25 de Abril, uma televisão a viver o fulgor da libertação.

No próprio dia 25 de Abril, após ter sido ocupada⁵, de uma hora para a outra, assim que a emissão passou a ser feita de Lisboa, o discurso televisivo alterou-se por completo. O primeiro *Telejornal*, às 18h41, apresentou-se com as caras de sempre (Fialho Gouveia e Fernando Balsinha) mas era já uma nova televisão. No noticiário seguinte, pelas 21h30, apareceram no pequeno ecrã os mesmos locutores mas utilizando uma estrutura de enunciação televisiva completamente diferente. Na imagem de descontração absoluta dos locutores, sem gravata e sem casacos, e fumando, estava já patente um novo modo de fazer televisão. A realização encontrava-se também num outro regime televisivo, experimentando novos enquadramentos, através de planos abertos que mostravam todo o espaço do estúdio. Nos ecrãs da RTP, as imagens do próprio dia passavam sem serem editadas, *sem qualquer tipo de montagem*, como afirmava Fialho Gouveia nos primeiros noticiários livres da RTP. Nunca se tinha visto nada de remotamente semelhante na televisão portuguesa.

Encontramos vários aspectos simbólicos, na emissão do dia 25 de Abril de 1974, que marcam a libertação da RTP de todos os constrangimentos que a prenderam durante a

⁵ A RTP era o primeiro dos 5 objectivos (na cidade de Lisboa) definidos pelo Movimento das Forças Armadas para a concretização do golpe. A ocupação da RTP estava a cargo da EPAM e era considerado um objectivo difícil, que tinha sido recusado pelos «páras». A televisão permitiria uma difusão nacional de uma emissão sob o comando do MFA (REZOLA – *25 de Abril: mitos de uma revolução*, p. 54).

ditadura. Transmitiram-se na TV sinais, mensagens claras de liberdade: a ausência de gravata e a postura descontraída dos locutores; os planos abertos e a não edição das imagens, por parte dos técnicos. Também o discurso: Fialho Gouveia refere-se ao seu colega como «o Balsinha», forma muito coloquial, que traduzia toda uma nova linguagem onde as hierarquias e as formalidades se queriam banidas, pois eram símbolos do regime anterior. E as imagens são emitidas com a introdução do locutor: *sem montagem*, significando que são emitidas sem censura, sem uma edição que deturpe a sua relação directa com a realidade. Logo ao início da noite, as imagens desse dia eram emitidas repetidamente, intercalados com noticiários.

Com um golpe de Estado em curso, o país ansiava por saber o que se passava e, pela primeira vez, o que se passava com a realidade política portuguesa era transmitido pela televisão. A vontade de mostrar, sem censura, o que se passava, de dar a ver através do televisor a actualidade tornou-se, desde este primeiro dia, uma obsessão do discurso televisivo português. E, apesar de ser a rádio a primeira a anunciar o golpe militar, foi através da televisão que este ganhou expressão e repercussão nacional. Porque a televisão deu a ver, tornou visível através de imagens que não deixavam margens para dúvida, o derrube do regime de Marcelo Cactano.

Uma televisão dirigida por militares

O final do regime ditatorial significava o termo de um modo de fazer, e também de ver, televisão. A RTP estava agora ocupada pelo Movimento das Forças Armadas. Mas que televisão se propunha agora fazer? Quais as medidas imediatas a tomar para conduzir a Radiotelevisão Portuguesa num novo rumo?

Primeira medida: abolição da censura e do exame prévio, tal como indicado no Programa do MFA. Na Ordem de Serviço de 26 de Abril de 1974, lemos que «conforme Programa Político da Junta de Salvação Nacional, recentemente tornado público, é extinto o Gabinete de Exame e Classificação de Programas a partir desta data»⁶. Ao mesmo tempo, impunha-se uma nova ordem, fundada e descrita no comunicado n.º 1 do MFA⁷, também do dia 26 de Abril, dirigido a todo o pessoal da RTP. Neste documento de ruptura explicitava-se que a RTP era tida «como um dos mais importantes meios postos ao serviço do POVO português e deve-o servir com exemplar cuidado e escrupulo, contribuindo para a sua livre informação, recreio e progresso cultural». Todo o trabalho televisivo deve ser feito em total concordância com o programa político da Junta de Salvação Nacional, não se admitindo «que, por qualquer forma, directa ou indirectamente, haja desvios na orientação da produção e das emissões, dos propósitos enunciados» no mesmo Programa. O comando do MFA passaria a ser designado como Delegado ad hoc do MFA para a Radiotelevisão Portuguesa. Todos os que estavam ao serviço na televisão portuguesa ficaram ainda a saber que esse serviço «só pode ter um objectivo: o da Junta de Salvação Nacional, objectivo que será garantido a todo o custo». O capitão Teófilo Bento, delegado do Movimento das Forças Armadas, termina de forma poética este comunicado: «Os portugueses reconquistaram com júbilo e dignidade a aspiração maior da sua condição

⁶ Ordem de serviço não numerada – Arquivo Histórico da RTP.

⁷ Comunicado n.º 1 do MFA – Arquivo Histórico da RTP.

humana: a liberdade. Saibamos, com apaixonado devotamento à missão de todos e de cada um, fazer da RTP, em cada dia, imagem brilhante e aplaudida dessa gloriosa e admirável conquista.»

No início do mês de Maio, surgem as primeiras alterações na estrutura da empresa RTP, SARL. Com a demissão do Conselho de Administração vigente à altura do golpe, a gerência da RTP passava a estar a cargo de uma Comissão Administrativa, na dependência directa da Junta de Salvação Nacional. A RTP estava agora ocupada pelos militares, com novas estruturas administrativas, novas chefias nas várias direcções e tinha um novo propósito: ser imagem da liberdade.

Encontramos nos primeiros comunicados e ordens de serviço saídos após o 25 de Abril, uma visão romântico – funcional da televisão. Romântica porque se assumia como possível transformar a RTP num veículo da liberdade recém conquistada através da motivação dos seus funcionários e apelando ao espírito de missão. A televisão tinha assim uma função específica a cumprir no contexto criado pelo MFA, a qual se concretizava numa primeira proposta de televisão (e conseqüente programação) que tinha uma carta de princípios repetidamente explicada aos seus executantes. «Liberdade de expressão», «liberdade de informação», «promoção cultural», «harmonia» com o Programa do MFA, eram os conceitos gerais de que se compunha o tal espírito de missão que devia animar e orientar todo o trabalho de produção televisiva.

Começa a ganhar consistência a hipótese de uma televisão que cumprisse a função de agente formador de uma nova sociedade democrática e livre. E esta hipótese é *testada* através de um novo mapa tipo apresentado pela primeira Comissão de Programas que surge após o 25 de Abril.

Através da ordem de serviço n.º 5/74, de 2 de Maio⁸, é nomeada uma comissão constituída por Artur Ramos; Manuel Jorge Veloso; Álvaro Guerra e Capitão Manuel Ferreira. A 3 de Maio, no primeiro comunicado da nova Comissão de Programas, estabelece-se como missão garantir que o funcionamento deste sector da RTP respeitasse os princípios expressos no Programa do MFA. Cumpria aos responsáveis da programação da RTP «assegurar as condições necessárias para que este meio de comunicação social se realizasse, integral e imparcialmente, em completa liberdade de expressão e informação»⁹. Numa entrevista à revista *Telesemana*¹⁰, magazine dedicado à actualidade televisiva, a 10 de Maio, a primeira Comissão Administrativa fala acerca do «trabalho de reestruturação ideológica da RTP». Álvaro Guerra afirma que a Comissão de Programas haveria de «transformar radicalmente o próprio espírito dos programas, criando programas formativos de carácter sindical e político». A RTP assumia uma posição de educadora, com o propósito de ensinar o povo o *B a Ba do Estado* (como, aliás, adianta Artur Ramos nessa mesma entrevista).

O *povo* entra assim nos propósitos da programação como a entidade principal para a qual se dirige a nova programação. Como fazer uma televisão para o *povo* torna-se numa questão essencial para os programadores e produtores da televisão.

⁸ Arquivo Histórico da RTP.

⁹ Comunicado n.º 1 (3 Maio 1974) – Arquivo Histórico da RTP.

¹⁰ In *Telesemana*. N.º 68 (10 Maio 1974).

Novos programas para uma nova televisão

A 24 de Maio de 1974, a Comissão de Programas apresenta o resultado da revisão do Mapa Tipo¹¹, onde se implementam as novas orientações. De acordo com o propósito de fazer da televisão um instrumento de formação e de educação política, a grelha de programação apresenta um conjunto de novos programas como *O mundo do trabalho*, *Vamos decidir em conjunto*, *A política é de todos*, *Escrever é lutar*. São estes programas que se constituem como a grande novidade no discurso televisivo dos meses que se seguiram a Abril de 1974.

Roque Laia, que tinha escrito o Guia das Assembleias-gerais, disserta no seu programa, *Vamos decidir em conjunto*, sobre os princípios fundamentais que devem presidir às actividades associativas, nomeadamente no que respeita às regras a cumprir em plenários e assembleias-gerais. Era o exemplo acabado de um programa de pedagogia política.

Como a «educação política do povo» estava íntima e assumidamente ligada à sua promoção e elevação cultural, muitos dos programas ditos políticos são, simultaneamente, programas culturais sobre a arte politicamente comprometida. Por exemplo, no programa de entrevistas *Escrever é lutar* (rubrica de 15 minutos), dirigido por Fernando Assis Pacheco e José Carlos de Vasconcelos, compareceram homens das letras aos quais tinha sido vedado o campo mediático televisivo. *Escrever é lutar* consistia numa conversa informal e descontraída entre o apresentador, o escritor Fernando Assis Pacheco e um convidado, que falava sobre a sua carreira e obra literária. Outro exemplo de programa cultural dedicado à literatura era *Com todas as letras*, de Eduardo Prado Coelho e Manuel Valente que abordava temas como a liberdade de expressão, as Edições 70 e a Portugália Editora ou a vida e obra de autores com Luandino Vieira.

Com realização de uma cooperativa de cinema¹², surge o programa *Nome mulher*, com Antónia Sousa e Maria Antónia Palla e realizado pela Cinequipa. Os direitos das mulheres eram o mote para se falar de vários temas como o divórcio, a desigualdade no trabalho, o preconceito. No discurso televisivo, produzido essencialmente por homens, cabia à mulher um papel decorativo e os programas que lhe eram dedicados reduziam-na à sua função de «fada do lar». Assim, este programa, tentando ensinar que «o preconceito marginaliza mais do que a lei»¹³, apresentou-se como o extremo oposto dos programas femininos mais frequentes no pequeno ecrã.

Alguns programas de produção interna transitaram para a nova grelha surgida após o 25 de Abril embora os conteúdos temáticos se tenham alterado, na maioria dos casos. *TV Rural*, *A cozinha ao alcance de todos*, *Domingo desportivo* e outros programas dedicados ao desporto, entre outros, mantiveram-se no ar. *Museu Aberto*, que passava às 23h às sextas, continuou a mostrar o país e a arte popular mais recônditos, e *Se bem me lembro* (programa de Vitorino Nemésio), continuou a ser emitido aos sábados pelas 19h mas alterou os temas abordados: liberdade de expressão, opinião e imprensa; os ideais republicanos; a 1.ª República; a emancipação feminina, são alguns exemplos. *Cinema Ano 1*, de Alfredo

¹¹ Comunicado n.º 6 (24 Maio 1974) – Arquivo Histórico da RTP.

¹² A Cinequanon, que, em co-produção com a RTP, realizou entre 1974 e 1975, cerca de uma centena de filmes para a televisão.

¹³ Esta frase era um dos slides repetidos durante os programas.

Tropa tinha também agora a liberdade para mostrar todo aquele cinema que antes não podia ser divulgado. O mesmo se passava em relação ao programa *TV Palco*, de Igrejas Caeiro, que tinha agora a hipótese de passar peças nunca antes chegadas à televisão. No imediato, havia a promessa de transmitir na televisão cinema e teatro até então censurados.

Pretendia-se também que a actualidade ganhasse peso e forma – sendo que peso aqui significa percentagem de tempo de emissão – na programação. Os magazines ligados à actualidade, que se mantêm da grelha anterior, alteram as suas temáticas. E a informação também foi reforçada, seguindo ordens da nova Comissão de Programas. Para além das 3 edições do Telejornal (13h45, 21h, 23h30), adicionava-se um *Mini-jornal* às 19h15.

A actualidade tornou-se num valor fundamental para a organização da programação. As reportagens e os documentários multiplicavam-se e, muitas vezes, os temas da actualidade eram depois discutidos em estúdio, nas chamadas «mesas redondas». Também há que referir a relevância da auscultação das opiniões do cidadão comum, nas ruas, a discussão entre figuras de várias proveniências (jornalistas, políticos, militares) em estúdio como uma das grandes alterações no quotidiano dos primeiros tempos após Abril.

Mas se quisermos destacar um programa que represente o que a RTP (na pessoa dos homens e mulheres que faziam televisão) queria fazer e sonhava ser no processo democrático, teremos que referir *A política é de todos*. Este programa foi responsável por uma das principais novidades na programação televisiva após Abril: a transmissão de imagens do país real.

O propósito deste programa era reflectir sobre o país, através de imagens da realidade social e colocando o povo a fazer uso dos microfones. Tal como o título indica, «A política é de todos» tinha como intenção levar a política a toda a gente, através da televisão. Mas como pode um programa de TV ajudar na politização do povo? E que «povo» é este que precisa de ser politizado? O método utilizado era ir ao encontro do povo «puro», do «país profundo» – sendo que a noção desta profundidade estava directamente ligada à miséria enraizada nas comunidades visitadas pela equipa de reportagem. Era a estes locais que interessava levar uma espécie de «boa nova», no sentido revolucionário do termo: Portugal está livre; não há que ter medo, é preciso apenas participar neste processo democrático que Abril encetou, e participar, nomeadamente votando, porque a política é de todos.

As imagens da miséria apresentadas pareciam ter como objectivo provar (para além de demonstrar as consequências do regime ditatorial) provar que a politização estava relacionada com uma melhoria das condições de vida. As pessoas que eram retratadas nas reportagens apareciam como vítimas do Estado Novo que os tinha condenado à miséria e à apolitização – e seria a política que os iria salvar. A mensagem parece ser esta: o principal malefício que o regime deposedo trouxe foi a ignorância política, o medo, e, no geral, a resignação à miséria. A revolução – através da presença da televisão – nestes contextos de miséria, vem trazer a política, vem trazer a iluminação, vem ensinar a utilizar a muito útil ferramenta da reivindicação. Arriscamos afirmar que quase se trata mais de uma evangelização do povo (e aqui o povo são sempre os pobres, as vítimas, os ainda não iluminados, ainda não conscientes de serem livres) do que se trata de dar voz a esse mesmo povo – as perguntas que são feitas têm mais a finalidade de politizar o povo do que propriamente saber dos seus anseios. A «política» que é oferecida e ensinada é feita partindo do pressuposto de que se sabe o que é a «política» que o povo quer e precisa.

A política é de todos sintetiza um projecto de televisão que se concretiza nos primeiros meses após Abril de 1974, e que consiste em trazer para o pequeno ecrã uma sociedade oculta até então. Mas, nesta intenção de dar voz ao povo, encontramos também um paternalismo político e intelectual que condiciona toda a produção deste tipo de programas.

Um novo quotidiano televisivo

Em rigor, e tendo em conta uma emissão semanal, a organização e disposição do dia e dos segmentos horários televisivos é parecida com o início da década de 70. A grande diferença verifica-se precisamente no número de programas nacionais de actualidade e divulgação. Observamos que tanto os programas de produção interna têm mais tempo de emissão do que as séries e filmes estrangeiros, como o tempo dedicado à actualidade também aumentou. A televisão era um importante meio de informação e até de esclarecimento sobre a evolução política dos acontecimentos que se seguiram ao 25 de Abril.

Contudo, e apesar do aumento percentual dos programas de produção interna e de actualidade, os novos programas não passavam no horário nobre (por exemplo, *Escrever é lutar* passava às 13h, às terças). Era no segmento temporal entre o *Mini jornal* das 19h15 até ao *Telejornal* das 21h que se encontravam as grandes novidades da programação. E embora o número e o tempo de emissão de programas de entretenimento tenha diminuído, verificamos que a ficção estrangeira (embora agora não só americana) continua a ter lugar garantido na programação e no horário nobre, tal como acontecia antes de 1974.

Não obstante, e em termos gerais, houve de facto uma profunda alteração do tom do discurso televisivo que foi fruto do entusiasmo dos primeiros tempos após o 25 de Abril de 1974. Tornou-se comum ligar a televisão e ver imagens e sons de mesas redondas, onde os protagonistas do momento político davam a ver a sua cara, imagens e sons de um país «real» nunca antes transmitidas, imagens e sons de reuniões gerais de trabalhadores, imagens e sons de poetas e escritores até então silenciados, imagens e sons de estúdios televisivos e das equipas dos vários programas, enfim, toda uma nova forma de enunciação televisiva surge após Abril.

Os homens que faziam televisão (jornalistas, técnicos de imagem, cineastas, intelectuais) procuravam novos caminhos, modos de expressão, formatos que resultassem em programas que permitissem comunicar com o povo, integrando-o no processo democrático iniciado em Abril, no qual a RTP assumia, por via do seu impacto na sociedade, uma importante missão formadora. O novo conceito de uma TV política foi, de facto, aplicado, mas mantendo intacta muita da sua estrutura de programação. E os telespectadores, embora agradecidos por toda a informação e cultura que a televisão lhes trazia até casa (ou até ao café onde viam TV), começavam, à medida que os meses passavam, a queixar-se do excesso de política, em detrimento, por exemplo, dos programas de variedades. Nestes primeiros meses, o público utilizava a RTP como meio de informação e divulgação política essencial para estar a par das transformações que o 25 de Abril tinha operado no país mas, contudo, subsistia o conceito de uma televisão cuja função essencial é entreter.

O papel que a televisão assumiu para as elites militares, políticas e culturais não seria, talvez, o papel que lhe era conferido na prática pelo seu público. Mas estávamos ainda nas primícias do período revolucionário. A programação televisiva ainda sofreria alterações ao longo do ano de 1974 e 1975.

Uma televisão na (e em) Revolução

Durante o período revolucionário, os órgãos de comunicação social estiveram *na* e *em* revolução permanente. Não só se acharam envolvidos enquanto veículos de transmissão de acontecimentos como, eles próprios, e as suas estruturas, sofreram grandes e profundas alterações. E durante todo este período, estiveram sempre em jogo as questões da liberdade de imprensa e do sistema de controlo dos media. Mesmo numa fase inicial, onde parecia ter havido uma explosão de liberdade e a sensação de tudo se poder dizer, a luta pelo controlo dos órgãos de comunicação social, e nomeadamente pela TV, já tinha começado. Quem controlasse os media, controlaria a opinião pública. Foi partindo desta premissa que as várias forças em confronto foram instrumentalizando os órgãos de comunicação social, penetrando nas estruturas de chefia ou boicotando as mesmas.

Tal como previsto nos seus estatutos para períodos excepcionais, a televisão, após o 25 de Abril, passou a ser gerida directamente pelo governo, através de administradores por ele nomeados. Até aos acontecimentos de 28 de Setembro de 1974, o general Spínola procurava impor a sua via presidencialista, e a Comissão Ad Hoc para controlo dos meios de comunicação ia tentando conter as expressões e manifestações da extrema-esquerda¹⁴. Mas, entre os trabalhadores da televisão, a facção política mais à esquerda exercia grande influência, a qual se reflectia nas relações dos trabalhadores com os vários Conselhos de Administração que o governo nomeava para a RTP. E, mais ainda, reflectia-se no produto final. A emissão, embora obedecendo a normas superiores, estava em última análise, dependente dos funcionários que a controlavam. E este poder técnico era um grande factor de influência dos profissionais da televisão.

No seu quotidiano, a RTP via-se assim inserida nas lutas políticas que se travavam entre Spínola e a Coordenadora do MFA. Sucediavam-se administradores e também documentos orientadores para a actividade televisiva. Analisando a evolução dos documentos produzidos para encaminhar a programação (disposições normativas¹⁵, despacho do governo relativo à actividade de televisão¹⁶), temos a percepção que no projecto político para a nova televisão havia a quem interessasse que ela fosse mais uma fonte de recreação e de informação (e esta última fosse controlada mas sempre com a capa da isenção e pluralismo) do que um estímulo ao desenvolvimento das competências políticas dos telespectadores. Começam então a desenhar-se, não um único, mas antes vários projectos para a RTP, que pressupunham diferentes funções da televisão no processo de transformação que o país atravessava.

E a 28 de Setembro de 1974, os estúdios do Lumiar são ocupados novamente e os acontecimentos deste dia têm repercussões para a empresa. Sumariamente, apontamos 3 grandes alterações: a nomeação de Ramalho Eanes presidente da RTP, a criação da Comissão de Saneamento e Reclassificação e a organização da Comissão Consultiva de Programas.

¹⁴ O Programa do MFA previa a criação de uma Comissão Ad Hoc para controlo dos meios de comunicação, que actuava na dependência directa da Junta de Salvação Nacional.

¹⁵ Ordem de serviço (5 Ago. 1974) – Arquivo histórico da RTP.

¹⁶ O teor deste despacho foi transcrito na Ordem de serviço n.º 52/74 (Arquivo Histórico da RTP), para conhecimento dos trabalhadores.

A 31 de Outubro é nomeado presidente do Conselho de Administração da RTP o Major António Ramalho Eanes (que já era, desde Agosto, Director de Programas). Ainda em Outubro, através da ordem de Serviço n.º 59/74, do dia 31, é criada, «tendo em conta as propostas dos trabalhadores da RTP apresentadas em Reunião Geral de Trabalhadores», a Comissão de Saneamento e Reclassificação, que tinha por função «a recolha de dados, a sua valorização e a instrução dos processos, após ter recebido as queixas, participações ou reclamações que os trabalhadores da Empresa apresentem». O processo de saneamento na RTP criava um clima de grande instabilidade e tensão entre os trabalhadores, o que influenciava toda a produção.

Politicamente, com a ala spinolista mais afastada e a acção da célula comunista do PC a intensificar a sua actividade, vivem-se na RTP tempos muito conturbados. O que era transmitido na programação era fonte de discussão entre as várias facções políticas, que coabitavam nos estúdios de televisão. É neste contexto que começa a reunir a Comissão Consultiva de Programas.

A criação de um Conselho de Programas tinha sido proposta no despacho aprovado em Conselho de Ministros em Setembro¹⁷, o qual pretendia salvaguardar a independência da programação da RTP, mantendo-a isenta de propagandas partidárias. A Comissão, composta por elementos das várias facções políticas, congregava elementos do MFA (Ramalho Eanes estava, na grande maioria das vezes, presente nas reuniões), e elementos dos partidos da coligação: PCP, PS e Partido Popular Democrático, sendo que o representante do PPD quase nunca comparecia. Nas reuniões da Comissão Consultiva, discutia-se acerca do «valor estético e das implicações sócio políticas» de certos programas e da programação em geral, determinando se havia objecções à sua transmissão, tendo em conta a situação do país e o Programa do MFA. Os conteúdos dos programas estavam sujeitos à análise da Comissão, cujo parecer negativo ou positivo dependia directamente da mensagem, ou, por outra, da ideologia que era transmitida no programa em causa. As decisões desta Comissão geraram polémica e não estiveram imunes a críticas por parte da opinião pública¹⁸.

A programação da RTP não estava apenas sujeita ao escrutínio da Comissão Consultiva. O produto final – a emissão – era fruto da interacção de vários factores. Primeiro, era resultado da luta entre as várias facções que propunham diferentes modelos de televisão (e de sociedade – era a luta que se travava por todo o país) e que envolvia as chefias, os delegados do MFA, os representantes dos partidos, os funcionários, os delegados sindicais, os jornalistas, enfim, todos eles com ideias e objectivos em relação ao que devia ser ou não transmitido. Depois, a programação era também produto da própria criatividade dos produtores e realizadores e da concepção de cada um deles sobre o que era, ou devia ser, uma televisão livre.

E como é era vista esta televisão em efervescência pelos telespectadores? Que percepção havia da manipulação e de toda a luta existente atrás dos programas de televisão?

¹⁷ Ordem de Serviço n.º 52/74 – Arquivo Histórico da RTP.

¹⁸ Um dos casos mais flagrantes foi o *Barbarossa*, programa cuja interpretação do Pacto Germano-Soviético não foi do agrado da facção comunista. A proibição da emissão do programa levou à demissão de Álvaro Guerra, que publicou a sua carta de demissão no jornal *A capital*, gerando grande polémica acerca do regresso à censura na RTP.

Cumprindo uma das normas orientadoras expressas no despacho aprovado pelo Conselho de Ministros em Setembro de 1974, realizou-se, em Janeiro de 1975, o estudo *Audiência e opinião da população portuguesa sobre a sua televisão*. Este estudo foi uma iniciativa de Ramalho Eanes, enquanto presidente da RTP, e pretendia fazer uma caracterização geral do público de televisão¹⁹. As entrevistas e os dados quantitativos apresentados permitem-nos concluir que o auditório televisivo encontrava no pequeno ecrã um importante meio informativo, de extrema importância no contexto histórico que se vivia, até porque era o *Telejornal* o programa mais visto. Mas não lhe reconhecia a tal missão pedagógica que as chefias governamentais e alguns homens da televisão propunham, pois a queixa mais frequente era o excesso de política na RTP. Além disto, havia a percepção de que existia uma forte manipulação dos órgãos de comunicação social, o que influenciava o modo como os programas eram vistos pelos telespectadores.

Concentrando-nos agora na programação, e tendo em conta a permeabilidade da RTP ao processo político que o país atravessava, que alterações se verificaram desde Setembro de 1974 até ao início do ano de 1975?

As variedades, bem como a ficção estrangeira, continuavam a ser uma aposta forte da programação, não só no horário nobre, como no que diz respeito aos totais diários de tempo de emissão. De um modo geral, houve um refrear do fulgor criativo inicial, com menos programas conceptuais e educativos e sem aparecerem novos programas deste género. No entanto, e se atentarmos no horário nobre, um maior número de serões televisivos eram ocupados pela actualidade política, o que constituía uma mudança em relação aos primeiros meses após a revolução. Os programas culturais mantiveram-se na sua originalidade e nos seus horários. Apesar de não passarem para lá da barreira das 21h, eram uma presença já habitual e constante na programação.

Neste período de controlo da televisão pelo MFA (com a presença de militares nas áreas chave da estrutura da empresa) e de uma crescente influência do Partido Comunista na RTP, o conceito de televisão revolucionária transformou-se. Já não se tratava de uma televisão arrojada e criativa, apresentando novos modos de fazer, imaginar e apresentar programas, mas de um instrumento necessário para a prossecução do projecto do MFA.

O 11 de Março e o PREC visto na (e pela) televisão

Na RTP, os acontecimentos de 11 de Março de 1975, viriam a determinar demissão de Ramalho Eanes. A célula comunista na RTP, sempre activa, faz circular um comunicado acusando a neutralidade da televisão contra o golpe fascista, por ter mantido a programação prevista e não ter passado, no imediato, imagens dos acontecimentos. Eanes, na ordem de serviço n.º 39/75, lamenta a «atitude caluniosa» desse comunicado e acrescenta que «a programação emitida ao longo do dia 11 se processou de acordo com directivas obtidas junto do COPCON e da Comissão Coordenadora do MFA». Adverte ainda que «longo será ainda o trabalho necessário para se conseguir que boa parte dos profissionais da RTP esteja à altura da missão que lhe cabe num serviço público de radiotelevisão»²⁰.

¹⁹ Estudo integrado no fundo bibliográfico da Biblioteca da RTP

²⁰ Ordem de Serviço 39/75 (12 Mar. 1975) – Arquivo Histórico da RTP.

De facto, todos os esforços para manter a RTP na senda de uma televisão efectivamente ao serviço do povo (e não do poder) eram bem-vindos no período que se seguiu a 11 de Março de 1975. É que os sectores radicais do MFA, tendo o golpe «reaccionário» falhado, viam assim justificadas as «suas opções por uma maior firmeza revolucionária e pela necessidade de converter o MFA no motor de todo o processo revolucionário» (Reis 1994: 29).

Num manifesto intitulado «Por uma televisão ao serviço do povo», escrito antes de 11 de Março mas publicado após os acontecimentos desse dia, a célula do Partido Comunista Português na RTP faz um balanço negativo do período decorrido desde o 25 de Abril, criticando a programação, que «depois de uma fase inicial em que se começaram a abordar os temas até então considerados intocáveis pelo fascismo, e quando um convívio franco e um entusiasmo criador permitiram mostrar ao país um país real [...] – fase que correspondeu à actuação da Comissão Administrativa Militar – a RTP foi perdendo progressivamente o seu pendor revolucionário». Urgia por isso, tal como está explícito neste manifesto do PCP, sanear com maior rapidez, reorganizar os serviços e os equipamentos técnicos e concretizar uma programação que não se «limite a copiar modelos de organização ou de programação de estações estrangeiras» mas antes procure «soluções que respondam às [...] às características próprias da revolução portuguesa». O objectivo estava bem explícito neste documento: «esclarecer e mobilizar são tarefas imperiosas para toda a programação da RTP». A Radiotevisão Portuguesa, considerada pelo PCP «posto avançado de capital importância no combate pelos objectivos da aliança revolucionária entre o MFA e as massas populares» estava, mais uma vez, no centro dos acontecimentos que marcaram o início o Processo Revolucionário em Curso²¹.

O campo dos media, no PREC, era, definitivamente, um campo de batalha decisivo onde as duas principais forças políticas (PS e PCP com os seus aliados no MFA e Conselho da Revolução) se digladiavam, lutando pelos diferentes modelos de sociedade (e, portanto, diferentes modos de gerir os meios de comunicação social) que propunham. Apesar do principal monopólio dos órgãos de comunicação social ser do Estado, isso não fez com que a via revolucionária tivesse a tão pretendida hegemonia ideológica entre a população portuguesa. As eleições de Abril de 1975, que o PS ganhou, tiveram uma participação de cerca de 90% e destruíram a ideia de que o controlo dos media conduziria à legitimação do poder revolucionário (Mesquita 1994: 365).

Com a sua credibilidade abalada, os media não tinham o poder nem a influência que o governo de Vasco Gonçalves, que os tentava de várias formas controlar, desejava. O mesmo já tinha acontecido na fase final do marcelismo, quando, na RTP, tanto a informação transmitida era vazia de verdadeiras notícias, como os comentários dos Telejornais eram, de alguma forma, percebidos pelos telespectadores como propaganda, perdendo assim qualquer hipótese de influenciar os telespectadores.

Na RTP, os acontecimentos de 11 de Março vieram a provocar não só a demissão do presidente Ramalho Eanes como também do responsável pela informação, Álvaro Guerra. Estas demissões deram-se no começo da campanha eleitoral e numa altura de transição

²¹ *Por uma Televisão ao Serviço do Povo – manifesto da célula do PCP na RTP* – documento do Arquivo Histórico da RTP.

entre presidentes do conselho de administração da RTP. No período antecedente ao acto eleitoral, a RTP empenha-se na transmissão televisiva da campanha. Com o acto eleitoral à porta, e com a conjuntura político-partidária criada com o 11 de Março, o mapa de programas sofreu alterações. Observando uma semana televisiva em Abril de 1975, em período de propaganda eleitoral, verificamos o crescente protagonismo dos partidos políticos na televisão, através dos serões dedicados às eleições e dos tempos de antena a que cada partido tinha direito.

Relativamente à programação geral, salientamos dois aspectos. O primeiro diz respeito aos programas surgidos logo após o 25 de Abril. Mantêm-se no ar *Escrever é Lutar*, *Cinema de Animação*, *Afinal como é?* Estes programas, juntamente com um conjunto de rubricas culturais que já existiam antes, no tempo da ditadura (*TV Rural*, *Museu Aberto*, *Se bem me lembro*, *Ensaio* e *Temas e Variações*) continuam a conservar, mais ou menos os mesmos horários, quase nunca sendo emitidos após as 21h. Excepção feita a *Temas e Variações*, de António Vitorino de Almeida e *Afinal como é?* de Pitacas Antunes. Este último, dedicado aos preços dos produtos de mercado, foi mesmo votado pelos leitores da revista *Telesemana* como o melhor programa informativo²². A manutenção destes programas pode-se explicar através dos seus formatos, consistentes ao nível televisivo, pela sua temática cultural e pelo próprio valor dos seus autores como é o caso de Vasco Granja, Vitorino Nemésio e António Vitorino de Almeida. O segundo aspecto a registar é o aparecimento de um novo programa de variedades, desta vez de Nicolau Breyner, *Nicolau no País das Maravilhas*, esse sim, a ocupar um espaço semanal no horário nobre. A televisão mantinha a sua vocação de veículo por excelência de entretenimento.

O programa do MFA

E se os partidos iam ganhando cada vez mais visibilidade televisiva, o Movimento das Forças Armadas respondia com um aumento de edições do seu próprio espaço na RTP, o *Programa do MFA*.

O *Programa do MFA*, dito de «esclarecimento popular», tinha como base a 5.ª Divisão do EMGFA, que coordenava, desde Outubro de 1974, o Programa de Dinamização Cultural e Esclarecimento Político, através do qual se faziam as Campanhas de Dinamização. Formalmente, havia dois tipos de formatos: um de reportagem das Campanhas de Dinamização e outro só com discursos dos militares. Nos programas feitos em estúdio, os militares da 5.ª Divisão apareciam sentados a uma secretária, lendo os seus textos contra o fascismo, explicando o que tinha acontecido, lembrando por que razões se tinha feito o 25 de Abril. Depois, com algum trabalho de edição, eram mostradas imagens do regime deposto, da guerra colonial, diabolizando a figura de Marcelo Caetano e demonstrando a importância vital do MFA para libertação do país. Nestes programas, feitos em estúdio, há uma utilização muito directa da televisão como veículo de propaganda do MFA. Já nas emissões que reportavam as Campanhas de Dinamização, o facto de haver mais um elemento nos ecrãs – o povo ou, se quisermos, a sociedade civil – faz com que o produto final seja diferente. O propósito do *Programa do MFA* era ideológico, concretamente servia para aprofundar a ligação ao povo, a aliança Povo-MFA, utilizando a televisão para

²² *Telesemana*. N.º 148 (21 Nov. 1975).

difundir para todo o país o trabalho que era feito no terreno pela 5.^a Divisão. Na prática, tratava-se mais de ensinar e orientar a opinião do povo, do que propriamente lhe dar voz.

Efectivamente, conquistar o coração do povo, fazer dele seu aliado, era um objectivo das elites políticas e militares que protagonizaram o processo revolucionário. Na televisão, encontramos no *Programa do MFA* e na rubrica *A política é de todos* duas tentativas distintas de comunicação com o povo. O primeiro era feito por militares, com uma abordagem directa, clara e objectiva pois estava inserida no contexto das Campanhas de Dinamização, mas o segundo era feito por uma elite intelectual que, pretendendo também uma ligação ao povo, adoptava uma aproximação diferente. O formato de *A política é de todos* trouxe para a TV alguns conceitos interessantes, vindos da tradição do cinema directo. As reportagens acerca do Portugal profundo que este programa nos apresentou são exemplo disso, pois os realizadores estavam empenhados em captar a realidade tal como ela era, deixando que a câmara documentasse os locais (as casas, as aldeias) sem a interferência da equipa de filmagem. Já o *Programa do MFA*, mais duro e concreto no seu formato, tinha a intenção clara de ligar os militares ao «Povo». Mas ambos se apresentavam como programas claramente pedagógicos e com nítidos propósitos doutrinários.

São perspectivas diferentes, com o *Programa do MFA* a ser mais descaradamente propagandístico do que *A política é de todos*, mas um e outro partiam de um pressuposto de que sabiam quem era o povo e quais eram as suas necessidades. As respostas e explicações que eram dadas, nas entrevistas feitas na rua, correspondiam às questões que uma elite que produzia estes programas pensava serem as essenciais para o tal povo. É que ideia de povo estava subjacente nestes programas? O povo apresentado era um povo analfabeto, e mais ainda, um povo que, em termos políticos, precisava de *alguém* que o ensinasse a viver em democracia e a saber escolher os partidos certos em quem votar. Por outro lado, os microfones eram postos à frente do povo para que o povo se exprimisse. E o povo acabava por se exprimir. Em rigor, todo o filme, mesmo produzido e editado com intenções ideológicas, documenta o objecto que se propõe filmar, o que faz destes programas valiosos documentos de memória visual do Portugal do século XX.

O Verão quente televisivo

À medida que avança o processo revolucionário, a luta política continuava na RTP, com as comissões e os plenários de trabalhadores a ganhar cada vez mais influência, e sempre com grande ascendente do PC.

Durante o Verão Quente, a RTP operava sobre um «terreno minado». O tenente-coronel Valentino Tavares Galhardo mantém-se em funções até 8 de Setembro (tendo tomado posse em Março) «altura em que o «Documento dos Nove» e a formação do governo de Pinheiro de Azevedo apressam a sua queda». Foi um período em que «o controlo da televisão era cada vez mais acessível às vontades do PCP» (Teves, 2007). Os funcionários, «instrumentalizados pelos partidos políticos a que acabavam de aderir travavam batalhas de vida ou de morte dentro da própria Televisão»²³. As lutas que se travavam eram mais um factor para ajudar à instabilidade que se vivia na RTP, à semelhança do que se passava nos

²³ Depoimento de João Soares Louro ao programa de televisão *Retratos de uma vida pública*, cit. por Teves (2007).

outros órgãos de comunicação social. «As movimentações nas áreas de chefia continuavam a ser, no cenário RTP, um sinal de instabilidade, sendo que a preponderância da componente militar (nunca desligada da cláusula «comissão de serviço») ia subsistindo» (Teves, 2007). A RTP, nó górdio do sistema de comunicação social do país, estava profundamente envolvida nas intensas e complexas lutas que se travaram ao longo do Verão de 1975.

E como seria a programação televisiva para a época estival de 1975?

Numa altura de grandes convulsões, a programação da RTP manteve, apesar de tudo, a sua estrutura organizativa no que concerne ao mapa de programas e aos seus horários, durante os meses mais conturbados do PREC. O dia televisivo e a segmentação da programação não sofreram, no seu esqueleto, grandes alterações, relativamente ao mapa de Abril. Registe-se que no período do final da tarde há mais séries estrangeiras e menos programas de produção interna, contrariando a tendência de preenchimento de emissão dessas horas que se tinha vindo a sentir desde Abril de 1974.

No contexto do Verão Quente, a informação veiculada pelos vários órgãos de comunicação social estava já desacreditada e as posições quanto ao caminho a seguir (via eleitoral ou via revolucionária) apresentavam-se agora clarificadas pelas várias facções que continuavam a tentar manipular esses meios. E, no caso da televisão, esta manipulação não atingia apenas a informação dos Telejornais, mas estendia-se a toda a programação, que durante todo o processo revolucionário foi alvo de propostas teóricas e abordagens práticas, cada uma tentando fazer programas que veiculassem uma mensagem ideológica de forma o mais eficaz possível.

E, se logo após Abril de 1974, se sonhou fazer uma «televisão livre», por alturas do Verão quente a RTP já se tinha afastado da ilusão inicial da possibilidade da sua execução prática.

O fim de uma televisão revolucionária

«O mês de Novembro acaba por se resumir a 25 dias de provocações» (Rezola, 2007: 240) e a RTP transmite em directo alguns desses acontecimentos. A 6 de Novembro, é transmitido o famoso debate entre Soares e Cunhal, onde se opunham, frente a frente e perante todo o país, duas diferentes concepções de democracia. A 9 de Novembro, uma manifestação a favor do VI Governo é invadida pelo pânico, pois explode uma bomba de gás lacrimogéneo. Ouve-se a já conhecida frase: «O povo é sereno...» Mas esta serenidade era difícil de conseguir para os telespectadores que viam, em directo, estas imagens. A televisão é transmissão, e o directo televisivo permite transportar uma realidade que não está geograficamente próxima do telespectador até bem perto dos seus olhos. Neste caso concreto, causando o alarme através das imagens da manifestação.

No episódio complexo e ainda pouco claro que foi o 25 de Novembro a RTP esteve, mais uma vez, no centro dos acontecimentos. O cortar a palavra a um militar para pôr no ar um filme americano é extremamente simbólico do que o 25 de Novembro significou na RTP e na sua programação. O espaço televisivo é desocupado da presença do discurso militar para dar lugar a um filme de ficção americana. Seria então a passagem de uma programação ideológica para uma programação lúdica, a TV deixaria de ser veículo de propaganda para ser meio de entretenimento. O 25 de Novembro marcou também o

início da estabilização da RTP, que caminhava agora para a institucionalização do seu estatuto de empresa pública.

Durante o período revolucionário, a RTP atravessou uma fase de grande instabilidade. Entre 1974 e 1976, a RTP teve oito presidentes: Manuel Bello, o coronel Augusto Gomes, o major Ramalho Eanes, o major João Figueiredo, o major Emílio da Silva, o tenente-coronel Tavares Galhardo, o major Manuel Pedroso Marques e o capitão Tomás Rosa, mantendo-se este último em funções até Março de 1977 (data em que Edmundo Pedro é nomeado presidente da televisão pública). A luta política que se travou dentro da RTP foi clarificada no 11 de Março de 1975, quando elementos moderados do MFA são afastados e se assistiu à militarização completa das estruturas da RTP, a qual trouxe a destabilização a vários níveis dentro da empresa. E até ao 25 de Novembro as comissões de trabalhadores e elementos da administração asseguram o predomínio da corrente gonçalvista. Toda esta convulsão revolucionária não permitiu um avanço firme e consistente na elaboração dos estatutos da RTP, Empresa Pública.

Em 1976, são promulgados os Estatutos da RTP, EP, os quais, juntamente com a Lei de Televisão, integram um corpo de regras que se pretendia «apto a garantir a nova Televisão que o Povo Português há muito exige e espera».

Como fazer da uma televisão imagem da liberdade?

Houve um sonho e *programa* para a RTP durante o período revolucionário. Foram as várias facções que estiveram em conflito durante esse período que colocaram diversas hipóteses para uma nova televisão, mas que convergiam na importância do papel da RTP no processo iniciado em Abril de 1974.

Que papel tem um dispositivo comunicacional numa revolução? A função conferida à televisão no processo revolucionário era: informar – sem censura – acerca do que se passava; formar os telespectadores para a nova ordem política e dar voz e imagem ao povo. Na prática, a RTP *deu a ver* – e dar a ver é tornar visível, disponibilizar – a Revolução através da transmissão dos acontecimentos chave (satisfazendo a vontade de ver o que se passava), mostrando um país outrora escondido pela censura, e também as suas próprias contradições internas davam a ver as lutas políticas que se travavam. Se não reduzirmos a televisão à sua função instrumental, e se a encararmos como *dispositivo*, concluímos que a RTP tornou visível, através da sua programação (que, no seu todo, se constitui como discurso), a Revolução.

Os novos programas, surgidos após Abril, nasceram do projecto revolucionário de um conjunto de intelectuais e de profissionais de TV e construíram um novo imaginário televisivo onde o referente e o remetente maior era essa entidade, muito pronunciada mas pouco definida: o *Povo Português*. A televisão ao serviço do povo era uma televisão que dizia promover uma comunicação bilateral mas que caía numa contradição: ensinar o povo e dar-lhe voz ao mesmo tempo revelou-se impossível. Mas embora a comunicação bilateral tenha sido sabotada, o *povo* chegou, de facto, ao pequeno ecrã. A representação visual dessa entidade, em nome da qual se fazia TV, persistia um pouco por todo o dia televisivo, em vários programas. Analisando a programação televisiva durante 1974-1975, encontramos uma disposição de programas que *deram visibilidade* a uma série de sujeitos e de lugares que tinham sido votados à invisibilidade durante o Estado Novo.

A Revolução impôs um novo tempo televisivo, onde prevaleciam os debates, as mesas redondas sobre variados temas, com a participação de intelectuais, militares e líderes políticos; as reportagens de rua; os programas culturais e as entrevistas a antigos opositores do regime ditatorial; e as rubricas pedagógicas onde se ensinava os telespectadores, por exemplo, a reunirem em assembleia. Todas estas novidades, no seu conjunto e colocadas num mapa semanal de programas, constituíram-se numa nova programação com uma tonalidade predominantemente política.

A RTP não escapou à lógica de controlo que presidiu nos outros meios de comunicação social durante o período revolucionário. Isto é: também ela foi permeável às lutas políticas que se travavam na altura, sendo uma arma disputada entre as várias facções em conflito. Daí que, ao mesmo tempo que pretendia ser um serviço prestado ao povo, era um instrumento nas mãos do poder político. À medida que o processo revolucionário avança e os vários protagonistas da Revolução clarificam as suas posições, apresentando diferentes soluções políticas, aumenta a obsessão pelo controlo dos meios de comunicação social. No centro, nó górdio do sistema de comunicação nacional, trava-se a luta pelo domínio da poderosa televisão. Por isso, encontramos um paralelismo entre a evolução da programação televisiva e a evolução do processo político social que se viveu entre 1974 e 1975.

Mas controlar a produção não significa controlar a recepção. Na luta que se travava pelo domínio da RTP, foi esquecida a importância do contexto de recepção dos telespectadores, os quais não só se apercebiam da manipulação e da influência política na programação como também tinham, eles próprios, uma ideia sobre o que *devia ser* essa mesma programação. O papel recreativo da TV, que estava a ser negligenciado, era um papel conferido pelo mesmo *povo* em nome do qual se faziam programas sem qualquer vertente recreativa. Embora desejando ser informados, embora querendo ser representados no pequeno ecrã, os telespectadores queriam também encontrar na TV um espaço de recreação. Se o *povo*, em nome de quem e para quem se fazia televisão, deixasse de gostar do que via no pequeno ecrã, todo o projecto para uma nova RTP perdia o seu sentido.

A hipótese de uma televisão revolucionária pressupunha a ruptura com um discurso televisivo fechado sobre si mesmo, e admitia a ideia de que era possível estabelecer uma comunicação bilateral com o povo. Abrindo as portas do campo mediático a várias correntes intelectuais e políticas, a experiência televisiva da Revolução demonstrou ser possível uma nova forma de pensar e de fazer televisão, e provou que a importância deste meio de comunicação não se esgota na sua vertente instrumental.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- ADORNO, Theodor W. – *The culture industry: selected essays on mass culture*. London: Routledge, 1991. ISBN 0-415-03896-0.
- AZEVEDO, Cândido de – *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Caminho, 1999. ISBN 972-21-1283-X.
- BARRETO, António (org.) – *A situação social em Portugal, 1960-1999*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa [1996]-[2000]. ISBN 972-671-043-X.
- BOURDIEU, Pierre – *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta, 2001. ISBN 972-8027-74-5.
- BRANDÃO, Nuno Goulart – *Prime time: do que falam as notícias dos telejornais*. Cruz Quebrada: Casa das letras, 2006. ISBN 972-46-1632-0.
- CÁDIMA, Francisco Rui – *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa*. Lisboa: Presença, 1996. ISBN 972-23-1764-4.
- CASTRIM, Mário – *Televisão e censura*. Porto: Campo das Letras, 1996. ISBN 9728146655.
- CAZANEUVE, Jean – *Les pouvoirs de la télévision*. Paris: Gallimard, 1970. ISBN 2070352145.
- CEREZALES, Diego – *O poder caiu na rua: crise de Estado e ações colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2003. ISBN 972-671-115-0.
- CHANIAC, Régine; JÉZÉQUEL, Jean-Pierre – *La télévision*. Paris: La Découverte, 2005. ISBN 2-7071-3503-8.
- FERREIRA, Medeiros – *Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de Abril: o período pré-constitucional*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- FISKE, John – *Television culture*. London: Routledge, 1987. ISBN 0-415-03934-7.
- GOMES, Adelino; CASTANHEIRA, José Pedro – *Os dias loucos do PREC*. [Lisboa]: Público / Expresso, 2006. ISBN 972-8993-17-X.
- HARTLEY, John – *Uses of television*. London: Routledge, 1999. ISBN 0-415-08509-8.
- JOST, François – *Comprendre la télévision*. Paris: Armand Collin, 2005. ISBN 2-200-34113-X.
- KEANE, John – *A democracia e os media*. Lisboa: Temas e Debates, 1991. ISBN 972-759-291-0.
- LIVINGSTONE, Sonia – *Making sense of television: the psychology of audience interpretation*. 2nd ed. London: Routledge, 1990. ISBN 0-415-18536-X.
- MANDER, Jerry – *Quatro argumentos para acabar com a televisão*. Lisboa: Edições Antígona, 1999. ISBN 972-608-109-2.
- MATTOSO, José (dir.); FERREIRA, José Medeiros (coord.) – *História de Portugal – Volume 8 – Portugal em Transe*, [Lisboa]: Editorial Estampa, 2001. ISBN 972-33-1677-3.
- MATTOSO, José (dir.); ROSAS, Fernando (coord.) – *História de Portugal – Volume 7 – O Estado Novo* [Lisboa]: Editorial Estampa, 1998. ISBN 972-33-1398-7.
- MCLUHAN, Marshal – *Understanding media*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1994.
- MESQUITA, Mário; REBELO, José (org.) *O 25 de Abril nos media internacionais*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1994. ISBN 972-36-0328-4.

- POPPER, Karl R. – *Televisão: um perigo para a democracia*. 2.^a ed. Lisboa: Gradiva, 1999. ISBN 972-662-407-X.
- RAMONET, Ignacio – *Propagandas silenciosas*. Porto: Campo das Letras, 2001. ISBN 972-610-371-1.
- REIS, António (org.) – *Portugal 20 anos de democracia*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1994.
- REIS, António (org.) – *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Alfa, 1990.
- REIS, António (org.) – *Memórias dos Arquivos*. [Lisboa]: NPA – RTP, 2002.
- REZOLA, Maria Inácia – *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007. ISBN 978-989-626-054-5.
- RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário – *Portugal depois de Abril*. Lisboa: Edições de António dos Reis, 1976.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *O pulsar da revolução: cronologia da revolução de 25 de Abril, 1973-1976*. Coimbra: Edições Afrontamento, 1997. ISBN 972-36-0426-4.
- SOUSA, Pedro Diniz de – *A dramatização na imprensa do PREC*. Coimbra: Minerva, 2003. ISBN 9789727980819.
- TEVES, Vasco Hogan; SILVA, Manuel J. Lopes da – *Vamos falar de Televisão*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.
- TORRES, Eduardo Cintra – *Ler televisão: o exercício da crítica contra os lugares-comuns*. Oeiras: Celta, 1998. ISBN 972-774-011-1.
- TORRES, Eduardo Cintra – *A tragédia televisiva: um género dramático da informação audiovisual*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2006. ISBN 972-671-167-3.
- WILLIAMS, Raymond – *Television: technology and cultural form*. London; New York: Routledge, 2003. ISBN 978-0415314565.

Artigos em revistas

- DAYAN, Daniel – The peculiar public of television. *Media, culture and society*. London: Sage. Vol. 23, n.º 6 (2001). ISSN 0163-4437.
- GRILO, João Mário – O grande programador. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: CECL. N.º 9 (1989). ISSN 0870-7081.
- MESQUITA, M. – Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975, da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: CECL. N.º 8 (1988). ISSN 0870-7081.
- RODRIGUES, Adriano Duarte – Do dispositivo televisivo. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: CECL. N.º 9 (1989). ISSN 0870-7081.

Documentos electrónicos

- TEVES, Vasco Hogan – *RTP: 50 anos de história*, [em linha]. Disponível em www: < URL: <http://www.rtp.pt>>.

Arquivos

Arquivo Histórico da RTP

Arquivo Audiovisual da RTP

Publicações periódicas

Revista TV – 1964-1968

Nova Antena – 1969-1971

Flama – 1970

Rádio e Televisão – 1970-1973

A Capital – 1969-1974

Expresso – 1973-1975

Telesemana – 1974-1975